



Diretrizes orçamentárias preveem salário mínimo sem ganho real

Jefferson Rudy/Agência Senado



Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviado ontem pelo governo, deve ser votado pelo Congresso até 17 de julho

Proposta, entregue ontem pelo governo ao Congresso, atualiza o mínimo apenas pela inflação do ano anterior, estima crescimento de 2,2% do PIB e reestrutura carreira dos militares

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 chegou ontem ao Congresso, enviado pelo governo Jair Bolsonaro. O texto prevê que o salário mínimo nos próximos três anos não terá ganho real, será corrigido apenas pela inflação acumulada. Para 2020, a previsão inicial do governo é que o salário mínimo seja de R\$ 1.040.

De acordo com o Executivo, 2019 terminará com crescimento real do PIB de 2,2%. Para 2020, a previsão é crescimento de 2,7%. Também há previsões de

aumento de 2,6% do PIB em 2021 e de 2,5% em 2022.

O governo estima que a inflação pelo IPCA ficará em 3,8% em 2019, 4% em 2020 e 3,7% em 2021 e 2022. O projeto da LDO de 2020 não contempla os impactos de uma eventual aprovação, neste ano, da reforma da Previdência, mas prevê a possibilidade de reestruturação, no próximo ano, da carreira dos militares das Forças Armadas. O texto também não prevê a possibilidade de reajustes para as carreiras civis da União ou para a realização de concursos públicos. **3**

Projeto prejudica militares de baixa patente, dizem debatedores

Representantes de militares criticaram ontem as propostas do governo em análise no Congresso em audiência na Comissão de Direitos Humanos sobre reforma da Previdência e reestruturação de carreiras das Forças Armadas. Para a presidente da União Nacional de Familiares das Forças Armadas e Auxiliares, Kelma Costa, o projeto prejudica os militares de patentes mais baixas. **2**

Comissão discute proposta que dá autonomia a partidos políticos

A Comissão de Constituição e Justiça analisa hoje, em reunião extraordinária às 11h, projeto que garante aos partidos políticos autonomia para movimentação financeira, estabelece cronogramas eleitorais e define a duração dos mandatos de dirigentes e de comitês. O projeto também concede anistia aos partidos que não gastaram 5% dos recursos com cotas para mulheres. **3**

Prazo para SUS fazer biópsia está na pauta do Plenário hoje

Projeto que garante aos pacientes do SUS com suspeita de câncer o direito a fazer biópsia no prazo máximo de 30 dias, contados a partir do pedido médico, pode ser votado hoje em Plenário. A proposta tramita com urgência e faz parte da pauta da bancada feminina. **3**

Para Instituição Fiscal, reforma estabiliza gasto previdenciário

Relatório da Instituição Fiscal Independente mostra que a reforma da Previdência permitirá a estabilização do gasto previdenciário no país. Hoje as despesas com o Regime Geral de Previdência Social correspondem a 8,6% do produto interno bruto. Sem nenhuma alteração, a relação pode chegar a 10,6% em dez anos. Com a reforma, a despesa subiria para 8,9% até 2029, de acordo com a instituição. **2**



Segundo IFI, economia com mudança na aposentadoria rural é mínima

Ascom/CDIR

especial cidadania



Ana Volpe/Agência Senado

Projeto corrige a tabela do Imposto de Renda, defasada em 95,4%

Reforma tributária deve entrar na pauta do Congresso Nacional

Senadores querem discutir, se possível ainda neste semestre, a reforma tributária. Hoje o Brasil tem 13 impostos e 3 contribuições, que representam mais de um terço de toda a riqueza produzida no país. Os empresários reclamam, mas o

cidadão comum também sente o peso dos impostos, que, no caso dos alimentos, por exemplo, chegam a 22% do valor do produto.

Outro tema em debate no Senado é a correção da tabela do Imposto de Renda, defasada em 95,4%. **4**

Subcomissão sobre mobilidade urbana define agenda **2**

Senadores criticam STF por mandar tirar notícia do ar **3**

Previdência e carreira dos militares recebem críticas

Representantes de integrantes de patentes mais baixas das Forças Armadas e de seus familiares disseram à Comissão de Direitos Humanos que a reforma proposta pelo governo vai prejudicá-los

EM AUDIÊNCIA ONTEM na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre os impactos da reforma da Previdência e da reestruturação de carreiras das Forças Armadas, representantes de militares e de familiares criticaram as propostas do governo em análise no Congresso.

Para a presidente da União Nacional de Familiares das Forças Armadas e Auxiliares (Unifax), Kelma Costa, o PL 1.645/2019 prejudica os militares de patentes mais baixas (soldados, cabos e sargentos).

— A proposta não é justa porque ignora as peculiaridades e dificuldades de cada categoria. Como o governo envia o projeto sem ter ouvido nenhum praça?

Segundo o representante da Associação dos Militares das Forças Armadas de São Paulo (Amfaesp), Vanderley Gonçalves, a reestruturação como foi proposta fará com que um segundo sargento tenha acréscimo de 2,93% nos vencimentos até 2023, enquanto o topo da carreira terá reajustes superiores a 30%. Já os terceiro-sargentos, cabos e soldados na prática sofrerão perdas salariais, pois o aumento nas alíquotas previdenciárias fará seus soldos diminuírem em 1,56%.



Styvenson Valentim (C) comanda o debate sobre Previdência dos militares

— Que reestruturação de carreira é essa que faz o soldo dos militares de escola melhorar, e o dos outros piorar?

O deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG) criticou o fato de a proposta de reestruturação de carreiras ter sido enviada no mesmo texto do projeto da reforma da Previdência dos militares. Para ele, as discussões deveriam ocorrer de formas independentes uma da outra.

O presidente da Associação Nacional de Praças (Anaspra), sargento Elisandro Lotin, disse ser contra a reforma da Previdência como um todo. Segundo ele, a PEC 6/2019 levará à precarização e ao empobrecimento de grandes contingentes sociais, num quadro que tornará ainda mais insegura a

vida nas cidades.

— A proposta da reforma joga toda a conta do déficit fiscal para a classe trabalhadora pagar. Por que não tratam dos mecanismos em torno da rolagem da dívida pública, que consome quase metade do Orçamento?

O secretário de Previdência no Ministério da Economia, Leonardo Rolim, criticou o fato de cada unidade da Federação ter regras próprias para suas categorias militares. Ele informou que a nova Previdência prevê a regulamentação federal para inativos e pensionistas dessas categorias. Mas enquanto a nova regulamentação não sair, os militares serão regidos pelas mesmas regras das Forças Armadas.

Reforma estabiliza gasto previdenciário, diz IFI

Documento da Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculada ao Senado, afirma que a aprovação da reforma da Previdência (PEC 6/2019) permitirá a estabilização do gasto previdenciário dentro do conjunto da economia do país em um prazo de dez anos. A conclusão está na edição mais recente do *Relatório de Acompanhamento Fiscal* da entidade, publicado ontem.

O peso das despesas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) atualmente equivale a 8,6% do produto

interno bruto (PIB) e está em trajetória crescente. Com a reforma, a despesa subiria para 8,9% até 2029, de acordo com as projeções da IFI. Sem nenhuma alteração, a relação RGPS-PIB pode chegar a 10,6% num prazo de dez anos.

A IFI calcula que a reforma, como está proposta, promoveria no RGPS uma economia de cerca de R\$ 670 bilhões até 2029. O valor é inferior ao número defendido pelo governo, de R\$ 715 bilhões. A maior parte se deveria à extinção das aposentadorias por tempo de

contribuição, com o acesso apenas por idade mínima (62 anos para mulheres, 65 para homens). O efeito dessa contenção seria de R\$ 352 bilhões.

O estudo também observou que a influência das mudanças na aposentadoria rural seria mínima para o crescimento da relação RGPS/PIB. A alteração da idade mínima para as mulheres do campo, de 55 para 60 anos, contribuiria em apenas R\$ 49,6 bilhões no período estudado (a idade mínima dos homens, que já é de 60 anos, fica inalterada pela proposta).

Subcomissão de Mobilidade Urbana define cronograma hoje

A Subcomissão Temporária sobre Mobilidade Urbana se reúne hoje, às 14h30, para definir o plano de trabalho. Criada no fim de março, a subcomissão vai acompanhar a implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587, de 2012) nos municípios e discutir

os entraves dos serviços de transporte público, além de propor a redução do uso de carros e estimular a implantação de ciclovias e calçadas transitáveis.

A subcomissão é presidida por Acir Gurgacz (PDT-RO) e tem Telmário Mota (Pros-RR) como vice-presidente.

Kajuru comenta pesquisa sobre confiança no Congresso Nacional

A aprovação popular do Congresso aumentou após as eleições de 2018, segundo Jorge Kajuru (PSB-GO). Os dados, conforme o senador, são de pesquisa do Datafolha divulgada no sábado. De acordo com o levantamento, 22% dos entrevistados avaliaram como ótimo ou bom o desempenho do Congresso.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Kajuru avalia que esse cenário pode mudar caso não seja criada a CPI dos Tribunais Superiores ou não seja aberto o processo de impeachment contra o ministro do

STF Gilmar Mendes.

— O Senado não pode brincar de faz de conta e ignorar o que se fala nas esquinas deste imenso Brasil — alertou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



MP 866/2018 Navegação aérea

9h Análise do relatório.

MP 868/2018 Marco do Saneamento

9h Audiência pública. Entre os convidados, o ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, e representantes da Confederação Nacional de Municípios e da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CDH Sociedade na política

9h Debate sobre desafios para a representatividade da sociedade na política. As deputadas federais Joenia Wapichana e Áurea Carolina estão convidadas.

MP 862/2018 Nova região no DF

10h Análise do relatório.

MP 875/2019 Vítimas de Brumadinho

10h Análise do plano de trabalho.

CCJ Autonomia de partidos políticos

11h O único item da pauta é o PL 1.321/2019, que dá mais autonomia a partidos.

CTFC Análise de alimentos

11h30 O PLS 202/2018, que autoriza a participação de laboratórios privados na análise de alimentos, é um dos 3 itens da pauta.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, o PLC 143/2018, que fixa o prazo máximo de 30 dias para realização dos exames relacionados ao diagnóstico de neoplasia maligna.

MP 861/2018 Junta Comercial do DF

14h30 Análise do relatório.

MP 863/2018 Capital de fora em aéreas

14h30 Análise do relatório.

MP 867/2018 Regularização ambiental

14h30 Audiência pública.

MP 869/2018 Proteção de dados

14h30 Audiência pública.

MOBILIDADE URBANA Subcomissão

14h30 Apresentação do plano de trabalho.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso recebe LDO sem ganho real para o mínimo

Governo enviou ontem o projeto de lei, que prevê crescimento de 2,2% do PIB até o fim deste ano e salário mínimo de R\$ 1.040 para 2020, corrigido apenas pela inflação, estimada em 3,8% para 2019

O CONGRESSO RECEBEU ontem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020, enviado pelo governo Jair Bolsonaro. O texto prevê que o salário mínimo nos próximos três anos não terá ganho real, será corrigido apenas pela inflação acumulada. Para 2020, a previsão inicial do governo é que o salário mínimo seja de R\$ 1.040. Os dados foram divulgados pela Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia. O projeto foi publicado em edição extra do *Diário Oficial da União*.

De acordo com o Poder Executivo, 2019 terminará com crescimento real do produto interno bruto (PIB) de 2,2%. Para 2020, a previsão é crescimento de 2,7%. Também há previsões de aumento do PIB em 2021 (2,6%) e 2022 (2,5%).

O governo afirma que a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficará em 3,8% em 2019, 4% em 2020 e 3,7% em 2021 e 2022. Já o salário mínimo é previsto em R\$ 1.082 em 2021 e R\$ 1.123 em 2022. O reajuste do salário mínimo será calculado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que o governo prevê ficar em 4,2% em 2019, 4% em 2020 e 3,8% em 2021 e 2022.

O Ministério da Economia afirma que o projeto da LDO para 2020 foi elaborado “em consonância com o teto de gastos” (Emenda Constitucional 95, de 2017) e busca “equilíbrio fiscal e redução do endividamento”. O atual modelo de correção do salário mínimo vale desde 2006, com



Por três anos, salário mínimo só deve ser corrigido pela inflação acumulada

correção pela inflação do ano anterior pelo INPC mais a variação do PIB dos dois anos anteriores. As regras foram confirmadas em leis de 2011 e 2015, mas a legislação em vigor (Lei 13.152, de 2015) só previa a manutenção desses critérios até 1º de janeiro deste ano.

A meta de resultado fiscal ficou em R\$ 124,1 bilhões negativos. De acordo com o governo, esse déficit primário cairá para R\$ 68,5 bilhões em 2021 e R\$ 31,4 bilhões em 2022. De acordo com a proposta, o governo pretende melhorar o ambiente macroeconômico e a efetividade da política fiscal por meio da redução da relação dívida pública/PIB. Para tanto, o governo quer combater o crescimento dos gastos públicos, gerar receitas sem elevação da carga tributária, reduzir despesas com juros e liquidar ativos financeiros com baixo retorno social.

O projeto da LDO de 2020 não contempla os impactos de uma eventual aprovação, ainda neste ano, da reforma da Previdência (PEC 6/2019), mas prevê a possibilidade de

reestruturação, no próximo ano, da carreira dos militares das Forças Armadas — medida que integra o projeto de mudanças no sistema de pensões da categoria (PL 1.645/2019).

A proposta da lei também não prevê a possibilidade de ajustes para as carreiras civis da União ou para a realização de concursos públicos. O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, disse que esse cenário de restrição deve ser mantido até 2022, em especial devido à frustração de receitas decorrente de eventuais dificuldades na arrecadação.

A receita líquida total realizada em 2018 foi equivalente a 21,80% do produto interno bruto (PIB). O projeto da LDO indica que deverão ocorrer quedas sucessivas até 2022, quando a receita estimada seria de 20,69% do PIB. Já a despesa primária total, que foi de 19,80% do PIB no ano passado, terá de ser reduzida em ritmo mais acelerado para atingir 17,40% do PIB em 2022, o que resultará em um déficit primário de 0,35% do PIB, o equivalente a R\$ 31,4 bilhões.

Senadores criticam STF por retirar reportagem do ar

A decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de retirar do ar reportagem do portal O Antagonista e da revista *Crusoe* relacionada ao presidente do tribunal, Dias Toffoli, foi criticada por senadores ontem. Jorge Kajuru (PSB-GO) e Reguffe (sem partido-DF) se solidarizaram com os veículos de imprensa e cobraram uma posição do Congresso quanto ao episódio.

— É uma agressão à democracia e à liberdade de imprensa, que é um pilar da democracia. Será que este Congresso não vai ser solidário à imprensa? Vai permitir que isso aconteça e ninguém aqui vai se rebelar? Não tem cabimento! — criticou Kajuru.

Alexandre de Moraes que também determinou que a Polícia Federal intime jornalistas para que prestem depoimento em até 72 horas.

Para Reguffe, a medida foi censura e não cabe ao STF agir com corporativismo.

— Se há uma matéria jornalística errada, se há uma injustiça, que se entre na Justiça e se busque uma indenização. Há uma série de meios com que se pode reparar isso, inclusive na Justiça. Mas a liberdade de expressão tem que ser preservada — afirmou.

Pelas redes sociais, outros senadores se manifestaram. Para o autor do pedido de criação da CPI dos Tribunais Superiores, Alessandro Vieira (Cidadania-SE), “se alguém

tinha dúvidas sobre a urgência da CPI das Cortes Superiores, os ministros do STF confirmam a sua necessidade”.

Lasier Martins (Pode-RS), Plínio Valério (PSDB-AM) e Marcio Bittar (MDB-AC) também criticaram a decisão. Alvaro Dias (Pode-PR) ressaltou que censurar a imprensa é violar a Constituição.

“É preciso investigar, e há o direito de resposta de quem foi atingido. Mas é preciso protestar contra qualquer medida de cerceamento da liberdade de imprensa”, declarou.

Luis Carlos Heinze (PP-RS) também lamentou o episódio, afirmando que “a liberdade de imprensa é o combustível para o funcionamento de uma democracia forte e saudável”.

Plenário pode votar prazo de 30 dias para exame de câncer no SUS

O Plenário do Senado pode votar hoje projeto que garante aos pacientes do SUS com suspeita de câncer o direito a fazer biópsia no prazo máximo de 30 dias, contados a partir do pedido médico. O PLC 143/2018 tramita com urgência.

O texto determina que o prazo valerá para os exames necessários nos casos em que o câncer for a principal hipótese do médico. Se a proposta for aprovada, a mudança será feita na lei que já estipula o início do tratamento pelo SUS em no máximo 60 dias a partir do diagnóstico (Lei 12.732, de 2012). O objetivo é acelerar o acesso a medicações e cirurgias necessárias pelos pacientes. Autora do projeto, a deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC) avaliou que a falta de prazo também para os exames diagnósticos é uma lacuna na lei atual. A proposta faz parte da pauta prioritária da bancada feminina.

O relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Nelsinho Trad (PSD-MS), ressaltou que o momento da detecção do câncer impacta decisivamente no percentual de pessoas que morrem por causa da doença. Estimativas do Instituto Nacional de

Câncer (Inca) apontam que 300.140 novos casos foram registrados entre os homens e 282.450 entre as mulheres, somente em 2018. Já os últimos dados de mortalidade por câncer disponíveis apontam para 107.470 homens e 90.228 mulheres no ano passado.

Partidos

Também está na pauta o projeto que garante mais autonomia aos partidos políticos para estabelecer cronogramas eleitorais, mandatos de dirigentes partidários e movimentações financeiras das agremiações. O PL 1.321/2019 será analisado em reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), convocada para hoje de manhã, e votado mais tarde em Plenário.

A proposta também concede anistia aos partidos que não tenham aplicado 5% dos recursos do Fundo Partidário no estímulo à participação feminina na política. O texto, do deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), permite a duração de comitês provisórios por até oito anos. Também proíbe a sua extinção automática e o cancelamento de inscrição do CNPJ.

Comissão analisa projeto que dá autonomia a partidos políticos

Projeto que garante aos partidos políticos autonomia para movimentações financeiras, estabelece cronogramas eleitorais e define a duração dos mandatos de dirigentes e de comitês provisórios deve ser votado hoje pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A reunião foi convocada para analisar exclusivamente o PL 1.321/2019.

O texto foi enviado pela Câmara dos Deputados no dia 3 e, por acordo de líderes, deveria ser votado com urgência no Plenário no dia 10. Mas o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, após apelo de alguns senadores, inclusive do relator da proposta, Marcos Rogério (DEM-RO), decidiu enviá-lo à CCJ.

A análise abreviada foi criticada em Plenário. Raulo Rodrigues (Rede-AP) afirmou que pelo menos uma comissão permanente da Casa deveria opinar sobre o projeto, que muda a legislação eleitoral. Reguffe (sem partido-DF) chegou a classificar a proposta de “desmoralização do Poder Legislativo” porque garante anistia de multa às legendas

que não gastaram a cota de 5% com programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

— É uma verdadeira vergonha, porque a anistia incentiva o não cumprimento das leis: se não cumprir, depois o Poder Legislativo dá uma anistia — disse o senador.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) defendeu mais debate:

— Como temos um problema partidário gigantesco e uma reforma partidária necessária, acho que é muito apressado a gente estar discutindo desta maneira.

Outros senadores defenderam a análise rápida da proposta, para evitar que a Justiça Eleitoral continue a legislar por resoluções.

— Se está imperfeita a legislação, é porque esta Casa é omissa — opinou Telmário Mota (Pros-RR).

Weverton (PDT-MA) ressaltou que a anistia a ser concedida não é para partidos que desviaram recursos.

— O dirigente partidário não roubou esse dinheiro. O perdão que está se dando ao dirigente de partido é dentro da política e isso é decente, sim — afirmou.

Congresso pode retomar discussão sobre reforma tributária neste semestre

Taxas, impostos e contribuições consumiram R\$ 1,44 trilhão, mais de um terço do PIB em 2017. Senadores defendem simplificar o sistema e corrigir a tabela do IR, defasada em 95,4% até 2018

Reportagem: Aline Guedes
 Edição: Maurício Müller

ENQUANTO A PREVIDÊNCIA Social foi, em 20 anos, objeto de duas grandes reformas e duas outras significativas alterações, com o argumento de que precisava ser racionalizada, o sistema tributário se tornou um bicho-papão incontrolável, segundo dez entre dez analistas, sem que nenhuma mudança sistêmica fosse promovida em várias décadas. O Congresso ensaia a retomada desse debate, possivelmente ainda neste semestre. Embora as críticas mais pesadas a impostos, contribuições e taxas partam dos empresários, a queixa em torno do peso dos tributos é geral.

Para se guiar pelo labirinto de 13 impostos e 3 contribuições que devem pagar e recolher, as empresas gastam dinheiro e tempo de suas atividades-fim para pagar contadores, auditores e advogados tributaristas. Isso acaba repercutindo negativamente na produtividade do país. Tornar a tributação mais racional, entretanto, é uma tarefa a exigir delicada costura política, dada a diversidade de interesses que são contrariados a cada peça que se tenta mover no tabuleiro. Afinal, os impostos custeiam as despesas e os investimentos públicos.

Nenhum setor admite perder

recursos sem a certeza de que será compensado. O modelo de repartição da arrecadação entre a União, os estados e os municípios ajuda a manter o impasse, o que explica as sucessivas tentativas de rediscutir o pacto federativo.

A grita em torno do peso da carga tributária — R\$ 1,44 trilhão, pouco mais de um terço do produto interno bruto (PIB) em 2017 — é antiga, mas uma tomada de consciência mais vigorosa tem como marco os protestos populares de 2013, durante os quais ficou claro o descontentamento com os resultados da aplicação dos impostos em relação aos serviços prestados pelo Estado.

Bem-estar

A afirmação de que o Brasil arrecada muito e gasta mal tem sido expressa matematicamente, por meio do Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade (Irbes), calculado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). Em 2017, o Brasil ficou em 30º lugar na lista dos países avaliados, segundo uma equação que leva em conta a carga tributária e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que no caso era de 0,754.

Em posições melhores, há tanto países com carga tributária baixa, como a Irlanda e o Uruguai, quanto alta, como

a Alemanha e a Dinamarca. Diante da demora na solução global para o problema, sucessivos governos têm usado de expedientes pouco ortodoxos para equilibrar despesas e receitas, como a criação de tributos — a Cofins e a CPMF são dois exemplos — e o atraso na correção das tabelas de cálculo do imposto de renda.

Depois de vigorar por dez anos, a CPMF foi extinta pelo Congresso em 2007, mas a Cofins, juntamente com o PIS, dificulta a vida das empresas e acaba incidindo sobre o consumo, como se não bastasse o indecifrável ICMS (imposto de competência dos estados e do DF, incidente sobre operações de circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de comunicação e de transporte interestadual e intermunicipal), reforçando o caráter regressivo do sistema tributário no país. Num sistema progressivo, os mais ricos seriam, proporcionalmente, mais taxados. Quanto à tabela do IR, acumulava uma defasagem de 95,4% em 2018, se comparada à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desde 1996. Assim, só está isento do imposto o contribuinte que ganhe até R\$ 1,9 mil por mês. Corrigida a tabela, a isenção passaria a vigor até o limite de R\$ 3,7 mil mensais.

Para sanar o que considera um aumento de tributação disfarçado, o senador Reguffe (sem partido-DF) apresentou o PLS 355/2015, que manda corrigir anualmente os limites de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) pela variação anual do IPCA, mais 1% ao ano, até que se recupere a defasagem acumulada da tabela.

— Cobrei de todos os governos. O que foi dito na campanha? Que não pagaria Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil. E nada mudou — disse.

Mais recentemente, a bancada do PT no Senado apresentou projeto para acabar com o escalonamento das faixas de incidência da alíquota do IRPF e fixá-la em 27,5% para quem ganha acima de cinco salários mínimos. O PL 604/2019, que aguarda relatório na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), também estabelece a



Feijão e arroz são tributados em 18%, mas a média sobre alimentos é de 22,5%

cobrança de alíquota de 20% de imposto de renda sobre os dividendos, ou seja, parte do lucro de uma empresa que é distribuído entre os seus acionistas. Hoje, o acionista não paga qualquer Imposto de Renda sobre esse provento.

Senadores petistas consideram que a proposta não encerra a discussão sobre a atualização das faixas de cobrança do IR, necessária há anos. Há consenso sobre a isenção aos que ganham até cinco salários, mas não sobre a reestruturação de toda a tabela, até com a criação de faixas maiores que 27,5%. Há 32 anos no Congresso, Paulo Paim (PT-RS) reclama da falta de mudanças significativas na questão tributária:

— Houve remendos aqui e ali, mas esse tema jamais é enfrentado efetivamente, porque os poderosos do país não têm interesse. Como eles se dão bem com o sistema atual de tributação, somente falam, mas não deixam acontecer. Precisamos de uma ampla discussão no intuito, inclusive, de descentralizar o poder. Que seja uma tributação progressiva, onde os ricos paguem mais e os da classe média e abaixo paguem menos.

Alimentação

O senador Plínio Valério (PSDB-AM) defendeu, em Plenário, a redução dos impostos incidentes sobre a comida. Plínio mencionou dados da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), segundo os quais o peso médio dos tributos sobre mantimentos no país chega a 22,5%, enquanto o padrão internacional fica em torno de 6,5% no preço final ao consumidor. No caso

dos enlatados, chega a 37,5%. Já sobre o arroz e o feijão, os tributos médios ficam em 18%.

— Trata-se de uma equação simples: menos impostos, como eu defendo, significam mais dinheiro no bolso, mais consumo, mais produção e mais emprego — exemplificou.

Para o senador Jorge Kajuru (PSB-GO), a desigualdade social, um dos maiores males do Brasil, depende do combate aos privilégios de classe em matéria tributária, em parte responsáveis por colocar o país em 79º lugar na classificação da ONU quanto ao desenvolvimento humano, mesmo sendo a 8ª maior economia do mundo.

— Fala-se muito em reforma da Previdência, mas esquece-se da reforma tributária.

Jayme Campos (DEM-MT) também considera primordial que se vote a reforma tributária. Ele advoga a descentralização de parte da receita da União para os estados e municípios, cujos recursos não correspondem às responsabilidades e incumbências.

— Deve haver um novo pacto federativo, já que o governo federal concentra quase 64% de todo o bolo tributário nacional — afirmou.

Índice de retorno de bem-estar à sociedade

País	Carga tributária/PIB (%)	IDH
1º Irlanda	23	0,923
2º Estados Unidos	26	0,920
6º Canadá	31,7	0,920
10º Uruguai	24,2	0,795
16º Alemanha	37,6	0,926
18º Argentina	32,1	0,827
21º Grécia	38,6	0,866
23º Dinamarca	43,9	0,925
27º Itália	42,3	0,895
30º BRASIL	34,1	0,754

Fonte: IBPT, dados de 2016

Saiba Mais

Projeto de Lei 604/2019
<http://bit.ly/PL604de2019>

Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo
www.impostometro.com.br

Livro Reforma Tributária — Ipea-OAB/DF
<http://bit.ly/ReformaTributariaIpea>

Projeto que corrige a tabela do IR
<http://bit.ly/PLS355de2015>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidania